GRUPO PARLAMENTAR
Partido Socialista
AÇORES

João Castro denuncia falta de vontade política do Governo Regional do PSD/CDS/PPM para avançar com a segunda fase da EBI da Horta

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores e deputado eleito pela ilha do Faial denunciou, esta quarta-feira, a "disfunção entre aquilo que são as palavras, os compromissos assumidos pelo Governo Regional do PSD/CDS/PPM e a realidade", referindo-se às obras da segunda fase da Escola Básica e Integrada da Horta.

Na sequência de uma reunião realizada com o Conselho Executivo daquele estabelecimento escolar, João Castro, acompanhado pelo deputado eleito pelo Faial, Lúcio Rodrigues, afirmou que a segunda fase, que engloba a construção de espaços desportivos, "sofre de um problema de sucessivos adiamentos em sucessivos planos de investimento da Região Autónoma dos Açores".

"Uma situação que nos preocupa bastante. São gerações de alunos que têm passado por este estabelecimento sem as devidas condições e que verão, a confirmar-se aquilo que está previsto na anteproposta de plano e orçamento para o próximo ano, esta situação, novamente, adiada".

A esse propósito, o deputado socialista referiu que a anteproposta de Plano Anual para 2024 "volta a descredibilizar as intenções sobre este espaço educativo, visto que, mais uma vez, cria uma dotação para uma nova revisão do projeto, repetindo assim os compromissos assumidos nos anos de 2021, 2022 e 2023".

Face a esta situação, "o que constatamos é uma total ausência de vontade política do Governo Regional para avançar com este investimento, contrariando até aquela que era a postura do PSD/Faial e dos seus deputados no passado, de exigência permanente para concretização desta obra, propondo até verbas avultadas em sucessivos planos e orçamentos, mas que agora nada dizem".

Por outro lado, o parlamentar faialense revelou ainda a ausência de respostas no documento no que se refere às necessidades de manutenção e conservação de equipamentos e infraestruturas, bem como às necessidades pedagógicas relativas aos docentes e às dificuldades com que se confrontam para se

deslocarem para lecionar na ilha do Faial, dado a ausência de respostas na área da habitação.

“Estas são respostas que o Plano e Orçamento devia conter como um aspeto prioritário daquilo que é a componente educativa, daquilo que são os serviços educativos, daquilo que é a oferta educativa da nossa Região para a sua juventude”, concluiu.

Horta, 17 de abril de 2024